

Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 2.1 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia é uma holding não operacional voltada para a atividade de investimentos, que está em busca de oportunidades em segmentos da economia. A capacidade de continuidade operacional da Companhia depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós e nem por outros auditores.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

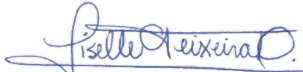
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			Não auditado
Caixas e equivalentes de caixa	3	168	3.263
Tributos a recuperar	4	75	46
Outros ativos		1	-
Total do ativo circulante		<u>244</u>	<u>3.309</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>244</u>	<u>3.309</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			Não auditado
Fornecedores		-	246
Salários, provisões e encargos sociais	5	-	302
Impostos, taxas e contribuições	6	<u>1</u>	<u>77</u>
Total do passivo circulante		<u>1</u>	<u>625</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7		
Capital social		10.700	8.100
Prejuízos acumulados		<u>(10.457)</u>	<u>(5.416)</u>
Total do Patrimônio Líquido		243	2.684
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>244</u>	<u>3.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
			Não auditado
Receitas (Despesas) Operacionais	8		
Despesas gerais e administrativas		(5.106)	(5.641)
Despesas tributárias		(20)	(15)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(5.126)</u>	<u>(5.656)</u>
Resultado financeiro	9		
Receita financeira		93	244
Despesas financeiras		(8)	(3)
		<u>(5.041)</u>	<u>(5.415)</u>
Prejuízo antes dos impostos			
Imposto de renda e Contribuição social			
Prejuízo do exercício		<u>(5.041)</u>	<u>(5.415)</u>
Resultado por ações - em centavos de R\$		(0,51)	(0,86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
		Não auditado
Prejuízo do exercício	(5.041)	(5.415)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(5.041)</u>	<u>(5.415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		(1)	(1)
Aumento capital em 31/01/2023	5.100	-	5.100
Aumento capital em 11/11/2023	3.000	-	3.000
Resultado exercício	-	(5.415)	(5.415)
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	8.100	(5.416)	2.284
Aumento capital em 30/04/2024	1.000	-	1.000
Aumento capital em 22/07/2024	1.000	-	1.000
Aumento capital em 10/10/2024	600	-	600
Resultado exercício	-	(5.041)	(5.041)
Em 31 de dezembro de 2024	10.700	(10.457)	243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(5.041)	(5.415)
	<u>(5.041)</u>	<u>(5.415)</u>
(Aumento) diminuição dos ativos		
Impostos a recuperar	(29)	(46)
Outros ativos	(1)	-
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(246)	245
Salários, provisões e encargos	(302)	302
Tributos e contribuições sociais e recolher	(76)	77
	<u>(5.695)</u>	<u>(4.837)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
	<u>(5.695)</u>	<u>(4.837)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento capital	<u>2.600</u>	<u>8.100</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>2.600</u>	<u>8.100</u>
	<u>(3.095)</u>	<u>3.263</u>
(Decréscimo) acréscimo/no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício (não auditado)	3.263	-
No final do exercício	168	3.263
	<u>(3.095)</u>	<u>3.263</u>
(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		
	<u>(3.095)</u>	<u>3.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXVII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 25 de julho de 2022 com a razão social SF 582 Participações Societárias S.A., com capital social no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais). A Companhia é sediada em São Paulo/SP e tem como objeto social a participação em quaisquer outras sociedades ou fundos de investimento como sócia, acionista ou cotista.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

b) Base de mensuração e situação financeira

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta posição financeira de capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 243 e Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$ 5.695, indicando um desequilíbrio econômico e financeiro do caixa.

O Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”), possui interesse e compromisso na continuidade dos negócios da Companhia e, dessa forma, irá permanecer atuando conforme as atribuições inerentes ao principal acionista no processo decisório da respectiva empresa, e com atuação efetiva na definição de seu plano estratégico e de gestão, visando o aprimoramento da situação financeira da Companhia. Se necessário, observadas as obrigações fiduciárias perante os cotistas, e a estratégia de alocação e investimento do Fundo atuará no sentido de viabilizar suporte financeiro para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos um ano e um dia após a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

2.2. Descrição das práticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício/período findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

c) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o período de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2024.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos na demonstração individual:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

f) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

3.1 Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.2 Revisada e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025

3.3 Emitidas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditado)
Bancos		
Aplicações de liquidez imediata (i)	168	3.263
Total	<u>168</u>	<u>3.263</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média de 90% até 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (90% até 117% em 2023 - não auditado)

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de tributos a recuperar é representado por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditado)
IRRF s/ aplicação financeira	29	46
Saldo negativo IRPJ 2023	46	-
Total	<u>75</u>	<u>46</u>

6. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Provisão de férias	-	243
INSS a recolher	-	42
FGTS a recolher	-	17
Total	<u>-</u>	<u>302</u>

7. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Imposto de renda na fonte	-	75
COFINS a recolher	-	2
Outros impostos e taxas	1	-
Total	<u>1</u>	<u>77</u>

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia foi constituído em 17 de novembro de 2022 pelo Patria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com a importância de R\$400,00 (quatrocentos reais) equivalente a 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor nominal de R\$1,00 (um real).

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da companhia é de R\$10.700 (31 de dezembro de 2023 - R\$8.100) representado por 10.700.000 (31 de dezembro 2023 - 8.100.000, não auditado) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Companhia em R\$5.100 mediante a emissão de 5.100.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$400,00 (quatrocentos reais), representado por 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$5.100 representado por 5.100.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (não auditado).

Em 11 de novembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Companhia em R\$3.000 mediante a emissão de 3.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$5.100 representado por 5.100.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$8.100, representado por 8.100.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (não auditado).

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital da Companhia em R\$1.000, mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$8.100, representado por 8.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$9.100 representado por 9.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de julho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital da Companhia em R\$1.000, mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$9.100, representado por 9.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$10.100 representado por 10.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de outubro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital da Companhia em R\$600, mediante a emissão de 600.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$10.100, representado por 10.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$10.700 representado por 10.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Número de ações do período - conforme média ponderada	9.968.971	6.311.173
Prejuízo do exercício	<u>(5.041)</u>	<u>(5.415)</u>
Resultado por ação	<u>(0.51)</u>	<u>(0.86)</u>

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditada
Despesas com salários	(3.313)	(2.759)
Serviços profissionais	(1.483)	(2.748)
Despesas com aluguéis	(232)	-
Despesas com viagem	-	(57)
Outras despesas administrativas	(78)	(77)
Total	<u>(5.106)</u>	<u>(5.641)</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditada
Receitas financeiras		
Receitas financeiras, líquidas	92	244
Outras receitas	1	-
Total	<u>93</u>	<u>244</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(5)	(1)
Juros passivos	(1)	(2)
Variação cambial passiva	(2)	-
Total	<u>(8)</u>	<u>(3)</u>
	(85)	241

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Corrente		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.041)	(5.415)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL calculada com base nas alíquotas nominais	<u>1.714</u>	<u>1.841</u>
(-) Tributos diferidos ativo sobre prejuízo - não reconhecidos	<u>(1.714)</u>	<u>(1.841)</u>
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma "holding".

12. INSTRUMENTO FINANCEIRO

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024.

(i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Caixa e equivalentes de caixa	<u>168</u>	<u>3.263</u>
Total	<u><u>168</u></u>	<u><u>3.263</u></u>

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

<u>31/12/2024</u>	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
<u>31/12/2023</u> (não auditado)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Fornecedores	246				246	246
	246				246	246

b) Estimativa de valor justo

Conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

(i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (não auditado) estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023 (não auditado)	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo	168	168	3.263	3.263
Total			168	168	3.263	3.263
Passivos financeiros						
	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023 (não auditado)	

Fornecedores	-	Custo amort.	-	-	246	246
Total			-	-	246	246

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

13. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$240 (Em 31 dezembro de 2023 não houve).

14. CONTINGÊNCIAS

Até a emissão das demonstrações contábeis, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.